

O segundo tipo de política econômica estrutural é a política de rendas. Através dessa política se procuraria, deliberadamente, influenciar em uma ou em outra direção a distribuição de renda dentro de um país.

É claro que essa classificação de política econômica estrutural, subdividida em planejamento econômico, política de rendas e política econômica conjuntural, é arbitrária, imprecisa. Isto porque elas se interpenetram. Já vimos que o planejamento econômico, ao estabelecer um sistema de subsídios, implica um processo de transferência de renda. Veremos que, nas políticas conjunturais de combate à inflação ou de restabelecimento do equilíbrio externo, as implicações distributivas são enormes. Mas é possível imaginar uma política especificamente de rendas.

No caso de uma política de rendas, o objetivo não será primordialmente a acumulação e o desenvolvimento (como no caso do planejamento) nem o equilíbrio financeiro (como no caso da política anti-inflacionária), mas a própria distribuição de renda.

Já vimos que as tendências “naturais” de uma economia capitalista são extraordinariamente concentradoras de renda. Mesmo em um mercado competitivo, não há razão nenhuma para se imaginar que a economia tenda a desconcentrar a renda. A teoria econômica ortodoxa, que pretende manter tudo em equilíbrio através das forças do mercado, foi capaz de mostrar como um mercado perfeitamente competitivo seria capaz de alocar recursos com eficiência ótima, mas jamais foi capaz de demonstrar que a economia tendesse para uma distribuição de renda “ótima” ou justa. A tese de que a remuneração dos “fatores de produção”, capital e trabalho, é proporcional à sua produtividade marginal é uma brincadeira de mau gosto dos economistas neoclássicos para explicar o lucro. Na verdade, só existe um verdadeiro fator de produção: o trabalho. Os meios de produção são simplesmente trabalho acumulado ao qual se incorpora tecnologia. Capital é uma relação de produção específica do modo capitalista de produção, definida pela propriedade privada dos meios de produção pela burguesia.

No sistema capitalista, admitida a tendência à equalização das taxas de lucro, os capitalistas participam da renda na proporção de seu capital, dada

a taxa média de lucro. Ora, não é possível demonstrar que a distribuição do lucro de acordo com os capitais acumulados seja justa ou eficiente. Muito menos é possível determinar qual o nível “ideal” da taxa média de lucro. O mercado, portanto, não tem nenhum mecanismo para garantir a distribuição ideal entre capitalistas e trabalhadores. Do ponto de vista socialista, aliás, não deveria haver capitalistas e, portanto, o lucro privado não faz sentido.

Por outro lado, a distribuição da renda entre os assalariados pela leis do mercado é também insustentável. Por exemplo, é impossível explicar diferenciais de salários de 10 para 1 entre trabalhadores de países desenvolvidos e subdesenvolvidos que realizam a mesma tarefa (produção de determinado bem) com a mesma produtividade. É também impossível explicar com essa teoria da produtividade marginal por que em alguns países os diferenciais internos de salários são enormes, como é o caso do Brasil, enquanto em outros países esse diferencial é muito menor. E não se fale que a produtividade pode ser a mesma em diferentes países, mas a produtividade marginal, ou seja, a produtividade do último empregado, é menor. Em primeiro lugar porque, para que a produtividade média seja igual, é necessário que a marginal também o seja. Em segundo lugar, porque, se há desemprego disfarçado rebaixando os salários dos trabalhadores nos países subdesenvolvidos, há desemprego aberto que deveria rebaixar (não fosse sua capacidade de organização sindical e política) os salários dos trabalhadores dos países desenvolvidos.

Na verdade, ainda que os economistas neoclássicos tenham procurado demonstrar o contrário por óbvios motivos ideológicos, não existe no sistema capitalista nenhum mecanismo automático que impeça a concentração de renda. Deixando o mercado livre e dando maior poder às empresas do que aos trabalhadores não organizados sindical e politicamente, a tendência seria necessariamente para a concentração de renda.

Nesse sentido, se tomarmos a teoria clássica, que pressupõe os salários aproximadamente constantes no nível de subsistência e se supusermos (de forma muito realista em termos históricos) uma produtividade crescente não apenas do trabalho, mas também (ao contrário do que Marx previu, postulando a tendência declinante da taxa de lucro) dos meios de produção, a taxa de mais-valia (lucro sobre salários) tenderia a crescer e a composição orgânica do capital (capital constante sobre salários) tenderia a ficar aproximadamente constante. Em conseqüência, a taxa de lucro tenderia a crescer, concentrando-se fortemente a renda. Afinal, a concentração de renda só não aconteceu nas economias capitalistas centrais porque os salários não se mantiveram constantes. Graças à pressão dos sindicatos e dos partidos popula-

res, os salários cresceram aproximadamente à mesma taxa do aumento da produtividade do trabalho desde meados do século passado.

O mercado não tem, portanto, nenhum mecanismo que garanta uma distribuição mais justa ou mais igualitária da renda. Pelo contrário, tende a concentrar a renda. A alternativa do mercado é então o poder político das diversas classes, e principalmente o aumento de poder de barganha dos trabalhadores.

Por meio dos sindicatos e dos partidos políticos, verifica-se um poder crescente dos trabalhadores. Mas o processo reivindicativo é extremamente caótico. Os sindicatos mais fortes conseguem resultados melhores. Os bairros e as cidades que conseguem organizar-se melhor politicamente conseguem maiores verbas do Estado.

Entretanto, à medida que a reivindicação das classes populares assume um caráter cada vez mais global e que sua influência política sobre o aparelho do Estado aumente, seria possível imaginar o Estado desenvolvendo deliberadamente, planejadamente, uma política de distribuição de renda.

Ainda que o Estado seja em princípio um instrumento da classe dominante, suas políticas são cada vez mais o resultado da luta de classes e da necessidade que a classe dominante tem de legitimar-se no poder através de “concessões” à classe dominada. Nestes termos, foi possível aos partidos social-democratas, quando assumiram o poder em diversos países europeus, realizar, até certo ponto, uma política de rendas que visava a distribuição da renda de uma forma relativamente planejada.

Na economia brasileira, jamais ocorreu uma política redistributiva de rendas bem sucedida. Já vimos que o Estado tem sido fundamentalmente um mecanismo de concentração da renda, de apropriação da renda pela classe dominante. Em alguns momentos, políticas populistas resultaram em reduzir um pouco a pressão sobre os trabalhadores. Este fenômeno ocorreu intermitentemente no período ditatorial do Estado Novo e principalmente no segundo Governo Vargas, entre 1950 e 1954. Na presidência de João Goulart, entre 1961 e 1963, o processo de concentração de renda do modelo de subdesenvolvimento industrializado já estava em marcha e o Governo populista nada logrou contra essa tendência. Nos anos 70, o protesto social implícito na derrota eleitoral sofrida pelo partido do Governo autoritário do presidente Geisel, em 1974, levou a uma clara mudança na política salarial. A partir de 1975, os salários e particularmente o salário mínimo deixam de perder poder aquisitivo. A melhor organização sindical e o aumento das reivindicações salariais, a partir do início do processo de abertura política, em 1977, leva o Governo, em 1979, a aprovar uma lei salarial que se constitui em uma vitó-

ria dos trabalhadores, a estabelecer reajustes semestrais, indexação dos salários pelo INPC (Índice Nacional de Preço do Consumidor), diminuição do leque salarial, por meio de aumentos superiores ao INPC para os que recebem até três salários mínimos e inferiores ao INPC para os que recebem ordenados superiores a vinte salários mínimos, e a garantia de aumentos reais de salários proporcionais ao aumento de produtividade. Não obstante, logo em seguida sobreveio a grande crise dos anos 80, e a concentração de renda voltou a ocorrer. A vitória das forças democráticas e populares em 1985, terminando afinal quase vinte anos de regime militar, abriu novas esperanças de desconcentração de renda, mas estas não se confirmaram, na medida em que a crise da dívida externa transformada em profunda crise fiscal e em altas taxas de inflação inviabilizava qualquer política de rendas de caráter progressista.